

NOTA DO EDITOR.....	5
---------------------	---

I

INTRODUÇÃO

1. A problemática da prescrição e da decadência	19
2. Topologia dos institutos	19
3. Fundamentos da prescrição	22
4. Código Civil. Princípios gerais de direito	23
5. Natureza e interpretação	24

II

DISTINÇÃO

6. A distinção e suas dificuldades	25
7. A omissão do Código Civil de 1916	25
8. Critério segundo a origem da ação	27
9. A distinção “científica” com base na moderna classificação dos direitos individuais	29
10. Distinção mediante especificação legislativa	32

III

INSTITUTOS PROCESSUAIS AFINS

11. Perempção, prescrição e decadência	35
12. Preclusão, prescrição e decadência	36

IV

MOMENTOS EXTREMOS

13. Momentos extremos da pretensão	39
13.1 Obrigação de trato sucessivo	41

13.2 A forma de contagem.....	41
13.3 Domingo ou feriado.....	42
14. Prescrição da exceção (art. 190)	44

V

RENÚNCIA DA PRESCRIÇÃO

15. Da renúncia da prescrição (art. 191).....	47
15.1 Renúncia tácita.....	48
15.2 Renúncia fraudulenta e ação sub-rogatória.....	49
16. Inalterabilidade dos prazos prescricionais (art. 192)	50

VI

MOMENTO EM QUE A PRESCRIÇÃO PODE SER
ALEGADA E QUEM PODE FAZÊ-LO

17. Momento em que a prescrição pode ser alegada e quem pode fazê-lo (art. 193)	53
17.1 Em embargos infringentes	55
17.2 Instância excepcional	56
17.3 Na ação rescisória	57
17.4 Nos embargos de terceiro.....	60
17.5 Em execução	60
17.6 Alegação por terceiro	62
17.7 Alegação pelo Ministério Público	63
17.8 Ação declaratória da prescrição	63
17.9 Exceção de pré-executividade	64
17.10 Reconvenção e prescrição	65
18. A prescrição de direitos patrimoniais então como exceção alegável.....	65
19. Direito de regresso contra os assistentes ou representantes (art. 195)	71
20. Sucessores na prescrição iniciada (art. 196)	71
21. Direitos principais e acessórios.....	72

VII

AÇÕES E DIREITOS IMPRESCRITÍVEIS

22. Atos jurídicos nulos.....	75
23. Direitos da personalidade	82
24. Imprescritibilidade dos bens e patrimônio públicos	82
25. Direitos facultativos	83
26. Ações declaratórias.....	84
27. Ações aparentemente declaratórias	86

VIII

DAS CAUSAS QUE IMPEDEM OU SUSPENDEM A PRESCRIÇÃO

28. Impedimento e suspensão	91
29. Causas que impedem ou suspendem a prescrição.....	91
30. Causa especial de suspensão da prescrição (art. 200)	98
31. Obstáculo legal.....	102
32. Suspensão do processo e suspensão da prescrição	104
33. Princípio da intangibilidade da suspensão e a exceção da indivisibilidade do direito (art. 201)	104
34. Atos (processuais ou não) que interrompem a prescrição (art. 202)	107
34.1 A disciplina legal dos atos interruptivos da prescrição.....	107
34.2 Interrupção da prescrição pela citação.....	108
34.3 Citação ordenada por juiz incompetente	110
34.4 Termo retroativo da citação	111
34.5 Demanda do devedor contra o credor para obstar ação deste.....	113
34.6 Citação nula por vício de forma, ou por circunduta.....	114
34.7 Prescrição interrompida em processo extinto	116
34.8 Citação feita em processo anulado.....	124
34.9 A citação que interrompe a prescrição	125
34.10 Na ação declaratória	126

34.11	No processo cautelar	127
34.12	Antecipação do efeito interruptivo da citação	132
35.	Outros atos que interrompem a prescrição	134
35.1	Protesto judicial	134
35.2	Protesto cambial	135
35.3	Apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores	136
35.3.1	Em juízo de inventário	136
35.3.2	Em concurso de credores	137
35.4	Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor	137
35.5	Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor	138
35.6	Juízo arbitral	139
35.7	Da perpetuação da ação	140
35.8	Prescrição intercorrente e da execução	140
35.8.1	Prescrição intercorrente	142
35.8.2	Prescrição da execução	143
35.9	Suspensão da execução pela ausência de bens penhoráveis	144
36.	Quem tem legitimidade para interromper a prescrição (art. 203)	147
37.	Intangibilidade da interrupção da prescrição (art. 204). Fiador e avalista ...	148

IX

DOS PRAZOS DA PRESCRIÇÃO

38.	Prazo subsidiário	151
39.	Prazos prescricionais	152
39.1	Hospedagem ou fornecimento de alimentos	152
39.2	Seguro	153
39.2.1	Pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele	154

39.2.2 Quanto aos demais seguros	159
39.3 Seguro de transporte.....	160
39.4 Cosseguro.....	160
39.5 Seguro de responsabilidade civil obrigatório	160
39.6 Direito de regresso por sub-rogação.....	161
39.7 Contrato de segurança e capitalização	163
39.8 Pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários... ..	164
39.9 Pretensão contra os peritos, pela avaliação dos bens que entraram para a formação do capital de sociedade anônima. Pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes (liquidação da sociedade).....	166
39.10 Alimentos	166
39.11 Pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos e rústicos	169
39.12 Pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias	170
39.13 Pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela	170
39.14 Pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa	171
39.15 Pretensão de reparação civil.....	172
39.16 Ação de responsabilidade civil por acidente do trabalho.....	173
39.16.1 Indenização de dano moral nas relações de trabalho.....	174
39.17 Pretensão de restituição de lucros ou dividendos recebidos de má-fé e contra os fundadores, os administradores, ou fiscais, e os liquidantes por violação da lei ou do estatuto da sociedade anônima	178
39.18 Pretensão para haver o pagamento de título de crédito	178
39.19 Pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado (seguro de responsabilidade civil obrigatório – DPVAT)	179
39.20 Pretensão relativa à tutela	179
39.20.1 Pretensão relativa ao poder familiar.....	180
39.21 Pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular	181

39.22 Pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários.....	181
39.22.1 Honorários de advogado.....	183
39.23 Pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo	185
40. Prescrição e direito intertemporal	186

X

DA DECADÊNCIA E CAUSAS EXTINTIVAS DO DIREITO

41. Ausência de interrupção ou suspensão	194
42. Prazo de garantia	196
43. Decadência legal ou convencional. Renúncia (arts. 209-211)	197
43.1 Modificação do prazo decadencial.....	197
43.2 Decretação de ofício	197
44. Prazos decadenciais ou extintivos	198
44.1 Negócio jurídico anulável.....	198
44.2 Prazo preclusivo subsidiário.....	200
44.3 Negócio jurídico simulado	200
44.4 Anulação do ato do representante.....	201
44.5 Constituição e administração das pessoas jurídicas.....	202
45. Prescrição e decadência no direito de família e sucessões	204
45.1 Invalidade e anulação do casamento.....	204
45.2 Nulidade do casamento	205
45.3 Anulação do casamento	205
45.3.1 Menor que não completou a idade mínima para casar	206
45.3.2 Menor em idade núbil não autorizado.....	206
45.3.3 Vício da vontade	207
45.3.4 Coação	208
45.3.5 Revogação de mandato.....	208
45.3.6 Incompetência da autoridade celebrante.....	208

45.4	Casamento religioso com efeitos civis e casamento nuncupativo	209
45.5	Filiação	209
45.6	Negação da paternidade e anulação do reconhecimento	210
45.7	Anulação de negócio jurídico por falta de outorga uxória	213
45.8	Anulação da partilha	214
45.9	Ação de sonegados	216
45.10	Sobrepilha	216
45.11	Partilha extrajudicial	217
45.12	Anulabilidade do testamento e de disposições testamentárias	218
45.13	Petição de herança	218
46.	Contratos e obrigações	220
46.1	Venda de ascendente a descendente	220
46.2	Nulidade das vendas aos impedidos de comprar	223
46.3	Direito de preferência	223
46.4	Retrovenda	226
46.5	Nulidade da doação universal	226
46.6	Nulidade da doação inoficiosa	227
46.7	Anulação da doação feita pelo cônjuge adúltero	228
46.8	Revogação por ingratidão do donatário ou por inexecução do encargo	229
46.9	Doação com encargo	231
46.10	Ação de prestação de contas	232
46.11	Dos vícios redibitórios. Ação <i>quanti minoris</i> e <i>aestimatoria</i>	232
46.12	Ação <i>ex empto</i> ou <i>ex vendito</i>	236
46.13	Pacto comissório	238
46.14	Garantia de solidez e segurança das construções	239
47.	Decadência e prescrição no Código do Consumidor	240
47.1	Prazo decadencial	240
47.2	Início do prazo decadencial	241
47.3	Fatos que obstam a decadência	242
47.4	Vício oculto e decadência	242
47.5	Prescrição da pretensão indenizatória	242
47.6	Prazos do CDC x prazos do CC	245

47.7	Cancelamento de dados.....	248
48.	Dano moral. Lei de Imprensa.....	249
49.	Prescrição e decadência no contrato de transporte	250
49.1	Transporte de pessoas.....	250
49.2	Transporte de carga.....	253
49.3	Transporte aéreo	254
50.	Direito das coisas.....	259
50.1	Registro imobiliário.....	259
50.2	Compromisso de compra e venda e adjudicação.....	259
50.3	Direito de vizinhança.....	260
50.4	Perda da propriedade pelo não uso da coisa.....	262
50.5	Ação divisória e condominial	263
51.	Ação rescisória	265
51.1	Ação rescisória e ação de nulidade.....	265
51.2	Prazo da rescisória.....	267
51.3	Cindibilidade, por capítulos, da sentença rescindível.....	273
51.4	Menores e incapazes e ação rescisória.....	275
51.5	Rejeição liminar da rescisória intempestiva	275
51.6	Tribunal incompetente e tempestividade da ação	276
52.	Medida cautelar. Prazo para a ação principal	276
53.	Direito comercial.....	277
53.1	Renovatória do contrato de locação.....	277
53.2	Direito marcário	277
53.3	Ação do representante comercial.....	280
53.4	Depósito e caderneta de poupança.....	282
53.5	Direito societário	283
54.	Direito cambial.....	284
54.1	Da prescrição da ação cambial	284
54.2	Cheque.....	285
54.2.1	Apresentação depois de 30 dias.....	287

54.3	Título prescrito. Ação de enriquecimento sem causa.....	287
54.4	Ação de cobrança contra o avalista	290
54.5	Título prescrito. Ação monitória	290
54.6	Cobrança de duplicata.....	292
54.7	Não repetição do pagamento da dívida prescrita.....	292
54.8	Título prescrito. Pedido de falência. Compensação	293
54.9	Sustação do protesto.....	293
54.10	Cancelamento de informações negativas	294
55.	Revocatória falencial	294
55.1	Extinção das obrigações do falido.....	295
56.	Lei de sociedades por ações	296

XI

FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO

57.	Hipóteses.....	301
57.1	Mandado de segurança	301
57.2	Mandado de segurança na relação tributária.....	308
57.3	Pedido de reconsideração e recurso administrativo	309
57.4	Decadência interrompida perante tribunal incompetente	310
57.5	Ação popular. Ação civil pública.....	313
57.6	Punição de falta disciplinar.....	314
57.6.1	Falta disciplinar punida como crime. Cassação da penalidade	317
57.7	Dano ao erário. Pretensão patrimonial perpétua. Improbidade administrativa	318
57.8	Ação contra a Administração Pública	320
57.9	Suspensão do prazo e reclamação administrativa	326
57.10	Prescrição do fundo de direito ou das prestações vencidas	327
57.11	Casística do termo inicial	329
57.12	Prescrição intercorrente.....	332
57.13	Autarquia, sociedade de economia mista e empresa pública	333
57.14	Ação acidentária e pensão previdenciária. Ação revisional	337

57.15 Prescrição intercorrente na ação acidentária.....	338
57.16 Pensão previdenciária.....	338
57.17 Beneficiário menor e indivisibilidade do benefício	339
57.18 Previdência privada	339
57.19 Revisional.....	340
58. Prescrição e decadência em matéria tributária	340
58.1 Prescrição	340
58.2 Decadência	341
58.3 Autolancamento.....	343
58.4 Suspensão.....	348
58.5 Recurso administrativo	348
58.6 Medida liminar ou tutela antecipada	349
58.7 Falência ou concordata (recuperação judicial) da devedora	350
58.8 Interrupção da prescrição	350
58.9 Prescrição intercorrente.....	353
58.10 Prescrição e citação do sócio-gerente.....	354
58.11 Suspensão do processo por ausência de penhora.....	356
58.12 Contribuições previdenciárias e obrigatórias	358
58.13 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	360
58.14 Contribuição sindical	360
58.15 Multas administrativas	361
58.16 Restituição de empréstimo compulsório e de depósito	362
58.17 Repetição de tributo declarado inconstitucional	367
58.18 Credenciamento escritural do IPI.....	367
58.19 Ações de cobrança de tarifa relativa a prestação de serviço público ..	367
59. Desapropriação	369
59.1 Caducidade do decreto expropriatório	369
59.2 Imissão provisória	370
59.3 Desapropriação indireta	371
59.4 Prescrição intercorrente.....	372
59.5 Juros compensatórios	372
59.6 Bem móvel.....	373

59.7	Desvio de utilização e retrocessão	373
59.8	Tombamento	374
59.9	Restrições e limitações administrativas	374

XII

DECISÃO SOBRE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. RECURSOS

60.	Prescrição e decadência: questão de mérito	377
61.	O provimento judicial que acolhe a exceção. Seu recurso	378
61.1	Despacho saneador	378
62.	Prescrição repelida pelo juiz. Reapreciação no recurso do autor contra a sentença de improcedência da ação	384
63.	Recurso provido para afastar a prescrição. Prosseguimento do exame de mérito	386
BIBLIOGRAFIA		391
OUTRAS OBRAS DO AUTOR		399